



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

KENYA FERREIRA DA SILVA

Uma análise da elaboração de Prestação de Contas de Projetos: O caso do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT da Universidade de Brasília - UnB.

FICHA CATALÓGRAFICA

SILVA, Kenya Ferreira da

Uma análise da elaboração de Prestação de Contas de Projetos: O caso do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT da Universidade de Brasília/Kenya Ferreira da Silva, Brasília: Universidade de Brasília, Orientador: Prof.Dr. Ricardo Corrêa Gomes 2019. XX p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal – Anápolis - GO, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia.

1 Administração Publica; 2 Prestação de Contas; 3 Transparência

Brasília – DF 2019

KENYA FERREIRA DA SILVA

Uma análise da elaboração de Prestação de Contas de Projetos: O caso do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT da Universidade de Brasília - UnB.

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do certificado de especialista (*lato sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professor Orientador: MSc., Dr. Ricardo Corrêa Gomes

Brasília - DF

2019

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^a. Dr^a. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^a. Dr^a. Helena Eri Shimizu

Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão

Pública:

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Profa. Dr^a. Fátima de Souza Freire

KENYA FERREIRA DA SILVA

Uma análise da elaboração de Prestação de Contas de Projetos: O caso do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT da Universidade de Brasília - UnB.

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Kenya Ferreira da Silva

MSc., Dr. Ricardo Corrêa Gomes
Professor-Orientador

Prof.Esp. Sorniza Corrêa Matos
Professora-Examinadora

Brasília, 27 de abril de 2019

“Dedico primeiramente a Deus por ser meu apoio em momentos difíceis”.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que sempre iluminou e me deu forças nesta minha caminhada. Ao meu marido pelo apoio diário. A minha colega de trabalho Marcilene que sempre me incentivou a voltar a estudar.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo analisar as dificuldades e influencias na elaboração de uma Prestação de Contas de Projetos no âmbito de uma Universidade Federal, por meio de um estudo de caso do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Universidade de Brasília. Foi realizada uma pesquisa de estudo de caso, no Núcleo de Prestação de Contas do NIT do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - CDT, sendo analisada 127 Prestação de Contas Final e Parcial. A metodologia foi realizada através da pesquisa qualitativa, descritiva, explicativa dos processos de Prestação de Contas no Núcleo de Prestação de Contas do NIT. Quanto aos métodos foram por meio da Análise documental dos processos dos projetos de pesquisas de inovação, documentos jurídicos e registros estatísticos. E a pesquisa bibliográfica foram por meio de (artigos acadêmicos, Notas Técnicas, Manuais específicos, Sítios dos Sistemas Eletrônicos, bem como, o Estudo de Caso. Dos resultados alcançados, identificou-se que o NIT do CDT/UnB, fazem Prestação de Contas de forma padronizada, preocupando-se com a transparência dos recursos recebidos dos órgãos concedentes, buscando de forma eficiente e eficaz, por meio da confecção da Prestação de Contas.

Palavras-chave: Administração Publica. Prestação de Contas. Transparência.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Formulação do Problema.....	12
1.2 Objetivo Geral	12
1.3 Objetivos Específicos	12
1.4 Justificativa.....	13
2 REVISÃO TEÓRICA	13
2.1 Administração Pública.....	13
2.2 Transparência na Administração Pública	14
2.3 Recursos Públicos na Administração Pública	15
2.3.1 Despesas Públicas	16
2.3.1.1 Empenho.....	17
2.3.1.2 Liquidação	17
2.3.1.3 Pagamento	17
2.4 <i>Accountability</i> na Administração Pública	17
2.5 Convênios e Contratos na Administração Pública	18
2.5.1 Portaria Interministerial nº 424, de 30 de Dezembro de 2016	19
2.6 Prestação de Contas dos Convênios e Contratos.....	20
3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	22
3.1 Caracterização da Organização	22
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	30
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Decreto nº 6.170/2007 que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, a execução dos convênios e contratos, por meio dos recursos financeiros repassados pelos órgãos de fomento para a execução dos projetos nas instituições públicas, é obrigatória a apresentação da prestação de contas parcial e final, bem como, a divulgação desses processos para cumprimento da Lei específica e dos órgãos de controle (BRASIL, 2007).

Assim, o Governo Federal, com o propósito de maior transparência em sua gestão pública, adotou a regulação da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), amparada no Capítulo II do Título VI da Constituição, estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, onde o conceito de responsabilidade na gestão fiscal foi definido como sendo:

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar (BRASIL, 2000).

Diante das obrigações direcionadas às finanças públicas, se faz necessária a utilização de instrumentos legais que promovem a transparência da gestão fiscal, desta forma, o Art. 48 da LRF (2000) delimitou os instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais devem ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, sendo eles: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; bem como as versões simplificadas desses documentos.

A transparência destes instrumentos de gestão, de acordo com o Art. 48 da LRF, será assegurada mediante:

- I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e
- III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União. (BRASIL, 2000).

Assim, o Tribunal de Contas da União (TCU) apresenta o conceito de prestação de contas como sendo parte da obrigação social e pública de prestar informações sobre algo pelo qual é responsável e ainda descreve que:

Esse conceito é base da transparência e do controle social, definições mais próximas do termo governança, que por sua vez decorre do conceito de *accountability*. Governança é a capacidade do governo de responder às demandas da sociedade, à transparência das ações do poder público e à responsabilidade dos agentes políticos e administradores públicos pelos seus atos, transcendendo ao conceito de prestação de contas tradicional de realizar bem determinada tarefa, dar conta de uma incumbência. (TCU, 2018, p. 4).

Neste entendimento, a confecção da Prestação de Contas, deverá seguir o disposto na Portaria Interministerial - IN nº 507, de 24 de novembro de 2011, que em seu Capítulo VI, Art. 72, esclarece que “o órgão ou entidade que receber recursos na forma estabelecida nesta Portaria estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação” (BRASIL, 2011, p. 41), bem como em sua revogação pela Portaria Interministerial - IN nº 424, de 30 de dezembro de 2016, que estabelece normas quanto a execução dos convênios e contratos, bem como, a prestação de contas através dos recursos recebidos e sua aplicação dos recursos públicos.

Desta forma, para a elaboração da Prestação de Contas deve-se buscar a transparência pública, através da apresentação do andamento físico e financeiro dos convênios e contratos por meio de seus relatórios específicos.

Neste contexto, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, em seu portal, orienta que as instituições públicas devem adotar os princípios básicos da transparência (obrigação de informar), da equidade (tratamento justo dos stakeholders), da *accountability* (prestação de contas dos atos e assunção das consequências pelas omissões) e da responsabilidade corporativa por meio da sustentabilidade das entidades (IBGC, 2010).

O texto explicativo sobre prestação e tomada de contas, disponibilizado no Portal TCU (2018), esclarece que são recebidos e disponibilizados, via Portal TCU, anualmente os relatórios de gestão, para acompanhamento e desempenho de suas atribuições, por meio de demonstrativos e documentos de natureza contábil, financeira, patrimonial, orçamentária e operacional.

Assim, a análise da Prestação de Contas, bem como a Tomada de Contas Especial, são avaliadas conforme o princípio da Administração Pública (legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia), conseqüentemente são julgadas regulares, regulares com ressalvas, irregulares ou ilíquidáveis (PORTAL TCU, 2018).

1.1 Formulação do Problema

O problema da pesquisa é compreender as prováveis dificuldades encontradas na elaboração de prestação de contas de projetos de PD&I, em uma Universidade Pública Federal, especificamente, no Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da Universidade de Brasília (UnB), que compõe a estrutura do Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI), órgão vinculado à Reitoria da UnB que compõem o Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI), órgão da Reitoria que é responsável pela promoção, coordenação e supervisão das políticas relativas à pesquisa e à inovação da UnB.

No período de 2016 a 2018, foram finalizados 127 projetos no CDT/UnB e enviadas suas respectivas Prestações de Contas (PC) aos órgãos concedentes, sendo: 38 confeccionadas no ano de 2016; 38 no ano de 2017 e 51 no ano de 2018. Ressalta-se que cada prestação de contas realizada demandou um período de tempo diferenciado.

Nesse contexto, busca-se investigar, por meio de um estudo de caso a ser realizado no CDT/UnB, quais são os fatores que dificultam e influenciam a confecção de uma prestação de contas de projetos de PD&I desenvolvidos no âmbito de uma Universidade Federal?

1.2 Objetivo Geral

Analisar as dificuldades e influências na elaboração de uma Prestação de Contas de Projetos de PD&I no âmbito de uma Universidade Federal, por meio de um estudo de caso a ser realizado no CDT/UnB da Universidade de Brasília.

1.3 Objetivos Específicos

- Identificar e analisar os mecanismos adotados para a prestação de contas;
- Levantar quais as dificuldades encontradas em elaboração de Prestação de Contas de projetos;
- Descrever o fluxo dos processos de prestação de contas no CDT/UnB.

1.4 Justificativa

A presente pesquisa visa compreender como é realizada uma Prestação de Contas em uma instituição pública, bem como identificar as dificuldades encontradas na confecção da PC, a fim de cumprir a execução físico-financeira dos convênios e contratos firmados entre o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - CDT e os Órgãos Governamentais, Empresas Públicas e Privadas e Organismos Internacionais, buscando contribuir diretamente com a transparência na utilização dos recursos orçamentários e financeiros recebidos no âmbito dos projetos de inovação.

A contribuição para a pesquisa visa esclarecer aos gestores públicos, como é feito o processo de Prestar Contas, bem como, mostrar a importância da transparência na contas públicas, de forma a demonstrar a real necessidade e importância na utilização e na aplicação dos recursos públicos, bem como a apresentação de prestação de contas, procedimento que é exigido pelo Artigo 70 da Constituição Federal (1988), transcrito abaixo.

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

2 REVISÃO TEÓRICA Administração Pública

De acordo com Pereira (2008) a administração pública é a organização e a gerência de pessoas e materiais para a consecução dos propósitos de um governo, portanto, é a arte e a ciência das gerências aplicadas aos negócios de Estado.

Blanchet (2006, p. 39) acrescenta que:

Como objeto do Direito Administrativo, a administração pública compreende as atividades de caráter decisório e executório destinadas ao atendimento direto, imediato e concreto das necessidades públicas. Necessário alertar que o vocábulo “necessidade” abrange toda e qualquer situação cujo atendimento seja do interesse público, partindo da simples utilidade, passando pela necessidade propriamente dita, e chegando até a urgência. Embora possa parecer simples e clara a delimitação do conteúdo da atividade administrativa do Estado, o sentido da expressão administração pública que acabamos de ler é objetivo, mas ele pode ser enfocado também para o parâmetro subjetivo.

A Administração Pública tem, portanto, embasamento nos princípios do Direito Administrativo, assim, as atividades que regem a estrutura dos agentes públicos têm como

objetivo o aperfeiçoamento das necessidades do coletivo e dos fins almejados pelo Estado, e em especial aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, são chamados princípios explícitos (PEREIRA, 2008).

Desta forma, o direito administrativo é extremamente dinâmico por ter de evoluir para poder atender às novas exigências que se impõem pela evolução do meio social, e também porque diz respeito a uma área extremamente movediça, qual seja, a da prestação de atividades aos administrados (BASTOS, 2002).

Salienta-se que os princípios são de fundamental importância para gerir a Administração, sendo ideias relevantes que proporcionam uma melhor compreensão e estabelecem atitudes dos órgãos públicos bem como aos seus servidores. Considerando que a Administração Pública também obedece, os chamados princípios não explícitos, baseados no Artigo 2^a da Lei nº 9.784/1999 (Lei dos Processos Administrativos Federais), sendo eles:

- Princípio do Interesse Público;
- Princípio da Finalidade;
- Princípio da Igualdade
- Lealdade e boa fé;
- Princípio da motivação;
- Princípio da Razoabilidade e da Proporcionalidade.

2.2 Transparência na Administração Pública

A Constituição Federal (1988), em seu Artigo 5º, garante que todo cidadão tem direito de receber informação de qualquer órgão público, enquanto em seu Art. 7º é definido que o Estado obedecerá aos princípios explícitos, anteriormente citados. Ainda assim, não havia ainda no país uma lei que tratasse especificamente da transparência.

Freire (2014, p. 07) conceitua a transparência, no âmbito público, como sendo o “ato de publicação e divulgação das informações, que seja de fácil acesso e compreensibilidade à sociedade, bem como, à finalidade de fiscalização do setor público, sendo, de fato, um instrumento de ação pela população”, enquanto Hage (2010) apresenta a transparência como um instrumento acessório que deve estar à disposição da população para que ela acompanhe os atos da gestão pública.

Atualmente as questões relacionadas à transparência tem sido bastante discutidas e analisadas pelos diversos segmentos sociais, ampliando a participação popular nas atividades governamentais. Neste contexto, Evangelista (2010, p. 07) ressalta que:

Em função da transparência que deve permear a gestão pública, [...] os gestores públicos nacionais devem informar à sociedade sobre os resultados de suas ações em prol da própria sociedade. Somam-se a esses fatores as demandas do mundo globalizado que exigem em quantidade e qualidade informações cada vez mais sofisticadas e precisas sobre as atividades governamentais e os resultados sociais e econômicos alcançados, como fruto da crescente influência do Brasil na ordem mundial.

Desta forma, constata-se que quando há transparência nos atos praticados por quem detém o poder, amplia-se a possibilidade de transformação, pois ao tornar-se transparente, submete-se à crítica pública e, conseqüentemente, ao controle social, da parte daqueles sobre os quais o poder é exercido. Logo, dar transparência ao poder implica compartilhá-lo, socializá-lo, democratizá-lo e isso leva, invariavelmente, ao seu aperfeiçoamento (GOMES FILHO, 2005, p. 5).

2.3 Recursos Públicos na Administração Pública

A execução orçamentária e financeira na administração pública, acontecem simultaneamente, sendo uma vinculada a outra. Conforme orientado no Portal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), quando há um recurso orçamentário e não um recurso financeiro, não se pode pagar uma despesa. Da mesma forma, quando houver recurso financeiro, este não poderá ser gasto se não existir a disponibilidade orçamentária correspondente (Portal STN, 2019).

Segundo a STN (2019), uma execução orçamentária, é a utilização de créditos consignados no Orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Neste contexto, a utilização dos recursos financeiros, busca atender o desenvolvimento de algum projeto, programa, e/ou atividades atribuídas às Unidades Orçamentárias pelo Orçamento.

Destaca-se, ainda, o disposto no Artigo 165 da Constituição Federal (1988), que determina a necessidade do planejamento das ações de governo por meio do Plano Plurianual de Investimentos (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), tendo em vista que o orçamento público é o pilar da gestão pública pois, projeta gastos e obtenção de receita, assim, para um planejamento eficiente e eficaz é de extrema importância o entendimento sobre receita e despesa pública.

2.3.1 Despesas Públicas

De acordo com Kohama (2010), constituem-se despesas públicas os gastos fixados em lei orçamentária ou em leis especiais e destinados à execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais, enquanto para Piscitelli e Timbó (2010), a despesa pública se caracteriza por ser um dispêndio do patrimônio público, representado essencialmente por uma saída de recursos financeiros.

Pires (2002) define a Despesa Pública como sendo o conjunto de dispêndios do Estado ou de outra pessoa de direito público para o funcionamento dos serviços públicos. Assim, a despesa é parte do orçamento, em outras palavras, as despesas públicas formam o complexo da distribuição e do emprego das receitas para custeio de diferentes setores da Administração.

Para tanto, o orçamento público, técnica especializada de administração do dinheiro público, procura através de um processo de elaboração, execução e avaliação de programas, previamente formulados, a melhor aplicação dos recursos financeiros disponíveis. Desta forma, o orçamento é fundamentalmente, o instrumento de que o administrador público dispõe para equacionar o futuro em termos realísticos, como um curso de ação (KOHAMA, 2010).

Desta forma, de acordo com Lei nº 4.320/1964, a execução da despesa orçamentária pública compreende três estágios: o empenho, a liquidação e o pagamento, descritos a seguir.

2.3.2 Empenho

O Manual de Despesa Nacional (2008, p. 61), alinhado com o disposto no Artigo 58 da Lei 4.320/1964, estabelece que o empenho é “o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”. Assim, o empenho consiste na reserva da dotação orçamentária, ou seja, do comprometimento da verba prevista como despesa no orçamento público e destinada a fins específicos.

Desta forma, o empenho será formalizado apenas mediante a emissão de um documento denominado “Nota de Empenho”, no qual deve constar o nome do credor, a especificação do credor e a importância da despesa, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária, sendo esse documento assinado pelo Gestor Financeiro

e pelo Ordenador da Despesa, ou por seus respectivos substitutos (MANUAL DE DESPESA NACIONAL, 2008).

Ressalta-se ainda, conforme o disposto no Artigo 60 da Lei nº 4.320/1964 que é vedada a realização da despesa sem prévio empenho. Em casos específicos, a emissão da Nota de Empenho pode ser dispensada, entretanto o empenho, propriamente dito, é indispensável.

Por fim, o Manual de Despesa Nacional (2008) também apresenta casos onde o valor empenhado é insuficiente para atender à despesa a ser realizada, o empenho poderá ser reforçado. Outra possibilidade é que o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, neste caso, o empenho deverá ser anulado parcialmente. Quando o objeto do contrato não tiver sido cumprido, ou ainda caso o empenho tenha sido emitido incorretamente, o mesmo poderá ser anulado totalmente.

2.3.3 Liquidação

Segundo o Artigo 63 da Lei nº 4.320/1964 a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os documentos comprobatórios do respectivo crédito, tendo por objetivo a apuração da origem e do objeto a se pagar, a importância exata a ser paga a quem esta será paga. É importante ressaltar que as despesas com fornecimento terão por base a nota de empenho bem como os comprovantes da entrega de material.

2.3.4 Pagamento

Conforme o Manual de Despesa Nacional (2008) a ordem de pagamento é definida como sendo o documento oriundo de autoridade competente, determinando que a despesa liquidada seja paga.

2.4 Accountability na Administração Pública

Segundo Heidemann (2009, p. 303) a *Accountability* é uma expressão derivada do latim e é formada por *ad+computare*, com significado em “contar para, prestar contas a, dar satisfação a, corresponder à expectativa de”. Neste sentido, a *accountability* relaciona-se com a capacidade que os cidadãos têm de impor sanções aos governantes, reconduzindo ao cargo os que exerceram bem os seus mandatos e destituindo os que não o fizeram (MIGUEL, 2005).

Desta forma, a *accountability*, na administração pública, possui três principais motivos: direcionar e orientar a ação administrativa; medir o desempenho e os resultados e assegurar sua probidade e integridade. Logo, é vista com o propósito de responsabilização dos

agentes políticos, dirigentes e servidores públicos pelo resultado de sua gestão, perante os atores sociais e políticos aos quais prestam contas (ANDRADE, 2011).

A *accountability* engloba, portanto, a publicidade das ações dos gestores, a prestação de contas, e por meio de sua evidenciação, e controle na administração pública pode gerar incentivos caso o agente público cumpra ou descumpra suas obrigações, e a mediação é a estratégia de interlocução e participação dos usuários, que visa transmitir a informação, de acordo com as normas e das diretrizes da Lei de Acesso a Informação e o direito de acesso à informação está vinculado à noção de *accountability* por meio do aperfeiçoamento do controle social e da transparência pública (BRASIL, 2011).

Assim, na visão de Coelho (2000) uma pessoa ou instituição é *accountable* quando é responsável por decisões e pelas consequências de suas ações e inações, portanto, de ser um exemplo para outros.

Por fim, Mota (2006) acrescenta que a Accountability incide na relação obrigacional que determina que quem recebeu algo de alguém deve prestar esclarecimentos de seus atos, e, caso seja apurada alguma irregularidade, estará sujeito a sanções.

2.5 Convênios e Contratos na Administração Pública

O Decreto nº 6.170/2007, em seu parágrafo 1º, inciso I, define o termo ‘convênio’ com sendo:

acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação (BRASIL, 2007).

Enquanto Mello (2003) define o termo ‘contrato’ como sendo um acordo de vontade firmado livremente pelas partes para criar obrigações e direitos recíprocos, sendo que todo acordo pressupõe capacidade jurídica das partes, objeto lícito e forma prescrita não vedada em Lei.

Geralmente os Convênios administrativos são acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes (Meirelles, 2008). Neste sentido, a partir da formalização do convênio, são gerados os Contratos Administrativos, que legalmente são

padronizados pela Lei nº 8.666/1993, que é regulamentada pela contratação do Poder Público com o particular ou outro órgão da administração, atendendo a necessidade de interesse público.

2.5.1 Portaria Interministerial nº 424, de 30 de Dezembro de 2016

Para a execução dos convênios e contratos são amparados pela Portaria Interministerial nº 424, de 30 de Dezembro de 2016, que foi revogado anteriormente Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e pelo Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, revoga a e dá outras providências, na qual dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. (Portal dos Convênios).

Assim, de acordo com Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, no seu Art. 1º, aborda:

Regula os instrumentos de repasse celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou entidades privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

De acordo com o Decreto supracitado, na qual, obriga as Instituições Públicas a Prestarem contas dos convênios e contratos, dos recursos da Administração Pública, por meio do artigo 59, que dispõe do Capítulo V - da Prestação de Contas, conforme abaixo:

Art. 59. O órgão ou entidade que receber recursos na forma estabelecida nesta Portaria estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação, observando-se o seguinte:

I - a prestação de contas inicia-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros que deverá ser registrada pelo concedente no SICONV;

II - o registro e a verificação da conformidade financeira, parte integrante do processo de prestação de contas, deverão ser realizados durante todo o período de execução do instrumento, conforme disposto no art. 56 desta Portaria;

III- o prazo para apresentação da prestação de contas final será de até 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência ou a conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro; e

IV - o prazo mencionado no inciso III constará do instrumento (Portal dos Convênios).

De fato, a Prestação de Contas é de suma importância para a Organização Pública, demonstrar todos os gastos realizados nos programas e projetos do Governo Federal.

2.6 Prestação de Contas dos Convênios e Contratos

Segundo o Tribunal de Contas da União, entende que Prestação de contas é:

Processo formalizado que apresenta as contas dos administradores e responsáveis de órgãos e entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal, bem como dos fundos administrados ou geridos por órgão ou entidade federal, dos serviços sociais autônomos, das contas nacionais das empresas supranacionais, as quais serão submetidas a julgamento no Tribunal (TCU, 1999).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, especificadamente no art. 70, orienta acerca de prestar contas, onde “a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas”. Assim, a prestação de contas é uma obrigação estabelecida para as organizações durante o exercício financeiro e no final do projeto, conforme abaixo.

Parágrafo único. “Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária” (CF, 1988).

De acordo com a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de Dezembro de 2016 no que tange ao Capítulo V, que discorre sobre a Prestação de Contas, no art. 59, é dever prestar contas dos recursos recebidos pela Instituição Pública, quanto a aplicação desses recursos, conforme abaixo:

- I - a prestação de contas inicia-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros que deverá ser registrada pelo concedente no SICONV;
- II - o registro e a verificação da conformidade financeira, parte integrante do processo de prestação de contas, deverão ser realizados durante todo o período de execução do instrumento, conforme disposto no art. 56 desta Portaria;
- III- o prazo para apresentação da prestação de contas final será de até 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência ou a conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro; e
- IV - o prazo mencionado no inciso III constará do instrumento.

A Prestação de Contas é uma forma de comprovar as despesas realizadas e pagas com recursos financeiros disponibilizados pelos órgãos concedentes em parcerias com as instituições públicas e privadas.

Art. 59. O órgão ou entidade que receber recursos na forma estabelecida nesta Portaria estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação, observando-se o seguinte:

- I - a prestação de contas inicia-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros que deverá ser registrada pelo concedente no SICONV;
- II - o registro e a verificação da conformidade financeira, parte integrante do processo de prestação de contas, deverão ser realizados durante todo o período de execução do instrumento, conforme disposto no art. 56 desta Portaria;

III- o prazo para apresentação da prestação de contas final será de até 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência ou a conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro; e

IV - o prazo mencionado no inciso III constará do instrumento (Portal dos Convênios).

Quanto a documentação exigida pelo Decreto para Prestar Contas, de acordo com a Portaria nº 424, prevê no Art. 62. A prestação de contas será composta:

I - Relatório de Cumprimento do Objeto;

II - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;

III - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e

IV - termo de compromisso por meio do qual o conveniente será obrigado a manter os documentos relacionados ao instrumento, nos termos do § 3º do art. 4º desta Portaria.

Referente a Análise da Prestação de Contas prevista no Decreto n. 424, esclarece que, conforme o Art. 64. A autoridade competente do concedente ou a mandatária terá o prazo de um ano, contado da data do recebimento, para analisar a prestação de contas do instrumento, com fundamento no parecer técnico expedido pelas áreas competentes.

§ 1º O prazo de análise previsto no caput poderá ser prorrogado no máximo por igual período, desde que devidamente justificado.

§ 2º A análise da prestação de contas pelo concedente ou pela mandatária poderá resultar em:

I - aprovação;

II - aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário; ou

III - rejeição com a determinação da imediata instauração de tomada de contas especial.

Por fim, segundo o Decreto n. 424, explica que se a Prestação de Contas não seja aprovada, será adotada adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Segundo Gil (2010), cada pesquisa é naturalmente diferente da outra, por isso, podem ser classificadas de diversas maneiras, para efeitos desta pesquisa, utilizou-se:

Quanto a seus **objetivos** a pesquisa foi:

- Descritiva, por ter como objetivo a descrição das características de determinada população;
- Explicativa, uma vez que busca identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de determinado fenômeno.

Quanto aos **métodos** empregados a pesquisa foi:

- Bibliográfica, pois é elaborada com base em material já publicado;
- Documental, uma vez que serão utilizados como fonte de dados, documentos institucionais mantidos em arquivos, materiais elaborados para fins de divulgação, documentos jurídicos, documentos iconográficos, bem como registros estatísticos;
- Estudo de Caso, pois tem o propósito de descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação, além de preservar o caráter unitário do objeto estudado.

Logo, o presente trabalho segue uma abordagem qualitativa, inserida numa perspectiva descritiva analítica por meio de estudo de caso, que de acordo com Yin (2001), é indicado para situações exploratórias, nas quais os dados podem ser obtidos em um bom nível de profundidade, fornecendo informações importantes para um melhor entendimento do assunto.

Destaca-se que para realização desta pesquisa, foram utilizadas como base livros, artigos, leis decretos e manuais, constantes nas Referências Bibliográficas deste. Além disso, foram realizadas consultas em fontes de dados, documentos institucionais, e em registros estatísticos a fim de obtenção de informações atualizadas em relação ao CDT/UnB.

A pesquisa foi realizada por meio do acesso às documentações de projetos de PD&I finalizados no período de 2016 a 2018. O acesso a estes documentos se deu por meio do Sistema de Gerenciamento de Projetos - dotProject/CDT.

O dotProject é uma aplicação web para gerenciamento de projetos desenvolvida em software livre de fácil utilização e adaptável a metodologias específicas, contando com um conjunto de funcionalidades e características que o tornam adequado para implementação em ambientes corporativos, uma vez que atende a diversas necessidades de gerentes e escritórios de projetos, facilitando o acompanhamento da gestão a qualquer momento e em qualquer lugar (CDT, 2009).

3.1 Caracterização da Organização

O CDT/UnB foi criado em 24 de fevereiro de 1986, com a missão de “apoiar e promover o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o empreendedorismo em âmbito nacional, por meio da integração entre a universidade, as empresas e a sociedade em geral, contribuindo para o crescimento econômico e social”.

O Centro é uma Unidade Descentralizada da Universidade de Brasília possuindo as funções de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), conforme determina a Lei de Inovação (Lei nº 13.243/2016), regulamentada pelo Decreto nº 9.283 de 07 de fevereiro de 2018 e compõe a estrutura do Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI), órgão vinculado à Reitoria da UnB, responsável pela promoção, coordenação e supervisão das políticas relativas à pesquisa e à inovação da UnB.

O CDT/UnB rege suas atividades a partir de quatro eixos de atuação:

- Transferência de Tecnologia;
- Ensino, pesquisa e difusão do empreendedorismo;
- Desenvolvimento empresarial e
- Gestão da Cooperação Institucional.

Desta forma, todas as atividades executadas pelo NIT/CDT/UnB enquadram-se no perfil de cada eixo em que estão inseridas e alinham-se aos objetivos propostos pela Universidade e expressos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2018-2022).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Universidade de Brasília conhecida como UnB, foi criada na década em 60, fundada pelos reitores, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, com a proposta da construção de um ambiente acadêmico inovador, por meio do projeto político-pedagógico que tinham como prioridade, uma universidade produtora de conhecimento para promover o desenvolvimento social, cultural e econômico de Brasília. Entretanto, outras propostas pelos reitores, foi o modelo de gestão inovadora, possibilitando fontes de financiamento, por meio da relação público/privado e o desenvolvimento da pesquisa para promover a inovação”, tornando um ambiente favorável educação empreendedora e inovadora. (MARTIN; LUZ; CARVALHO, 2018, p. 1).

Assim, a UnB foi inaugurada em 21 de abril de 1962, sendo que no ano de 2017, alcançou 55.000 alunos, 2.500 professores, 110 cursos de graduação e 130 cursos de pós-graduação. Há 29 faculdades e institutos divididos nos quatro campi que abrangem o Plano Piloto e três cidades administrativas do Distrito Federal.

Na UnB há um Núcleo de Inovação e Tecnologia - NIT da Universidade, criada desde 1986. Para Martin, Luz, Carvalho (2018, p. 3) “sendo um dos espaços acadêmicos em prol de uma universidade moderna ao fortalecer os laços existentes entre a Sociedade, Empresas e o Governo”. Para as ações desenvolvidas nas instalações do NIT pelo Decanato de Pesquisa e Inovação - PDI/UnB, temos o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília - CDT/UnB, que é um grande incentivador da inovação tecnológica no Brasil, pois “Apoia a pesquisa e o desenvolvimento do empreendedorismo, além de fortalecer os laços existentes entre a Sociedade, Empresas e o Governo”. (Portal do CDT). Outrossim, o desenvolvimento das atividades do CDT/UnB são estabelecidas a partir de quatro eixos de atuação: 1) *Ensino, Pesquisa e Difusão do Empreendedorismo*; 2) *Transferência e Comercialização de Tecnologias*; 3) *Desenvolvimento Empresarial*; e 4) *Cooperação Institucional: Universidade - Empresa - Governo - Sociedade*. (PORTAL DO CDT).

O Núcleo de Prestação de Contas está diretamente ligado a Direção do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - CDT, fazendo parte do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT da Universidade de Brasília e tem como finalidade realizar prestação de contas de recursos recebidos por Órgãos Governamentais, empresas Públicas, por meio de projetos de pesquisa e inovação que serão gerenciados e executados dentro do NIT do

CDT/UnB. As atividades do CDT/UnB são estabelecidas a partir de quatro eixos de atuação:

Figura 1 - Eixos de Atuação do CDT/UnB



Fonte: Portal do CDT, 2019.

De acordo com a Portaria Interministerial n 424, de 30 de dezembro de 2016 na confecção da Prestação de Contas o artigo 59 cita que o prazo para apresentação da prestação de contas final será de até 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência ou a conclusão da execução do objeto.

A realização da confecção da Prestação de Contas - PC após o fim da vigência do projeto se inicia com a cobrança na elaboração do relatório técnico por parte da coordenação do projeto. Posteriormente, o Núcleo de Prestação de Contas do NIT do CDT/UnB faz um filtro dos projetos encerrados para dar início ao mapeamento dos formulários que serão utilizados de acordo com cada instituição.

O cronograma da finalização do projeto incide em elaborar e entregar da PC, neste contexto, é necessário buscar todos os documentos que comprovem os pagamentos realizados e que atenderam ao Plano de Trabalho no âmbito do projeto. Posteriormente, a PC será encaminhada e aguardará a análise por parte do órgão Concedente, sendo assim, a pesquisa mostrará o processo de execução de uma Prestação de Contas dentro no NIT do CDT/UnB.

Neste contexto, o Núcleo de Prestação de Contas do NIT do CDT/UnB, foram realizada a quantidade de 127 (cento de vinte de sete) PC's no período de 2016 a 2018, conforme abaixo:

Tabela 1 - Quantitativo Geral de Prestação de Contas

Prestação de Contas Final	2016	25
	2017	20
	2018	25
	Total	70
Prestação de Contas Parcial	2016	13
	2017	18
	2018	26
	Total	57

Fonte: Sistema dotProject, 2019.

De acordo com a Portaria Interministerial Nº 424, de 30 de Dezembro de 2016, no artigo art. 61, esclarece que “a prestação de contas final tem por objetivo a demonstração e a verificação de resultados e deve conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas previstas”. Neste contexto, o Núcleo de Prestação de Contas do NIT do CDT/UnB, tem realizado todo o mapeamento de processos para a realização da PC dos projetos finalizados e em execução, na qual, precisam de prestação de contas parciais.

Contudo, a Portaria n. 424, instrui como Preparar uma Prestação de Contas, nos moldes de forma padronizada, conforme o artigo

Art. 62. A prestação de contas será composta, além dos documentos e informações registradas pelo conveniente no SICONV, pelo seguinte:

- I - Relatório de Cumprimento do Objeto;
- II - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- III - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e
- IV - termo de compromisso por meio do qual o conveniente será obrigado a manter os documentos relacionados ao instrumento, nos termos do § 3º do art. 4º desta Portaria.

Referente à elaboração da PC, no NIT do CDT/UnB, de acordo com o seu Fluxograma é realizado, tendo como base o artigo acima supracitado, a seguir:

Tabela 2 - Mapeamento dos Processos de Prestação de Contas

Fonte: Elaboração própria, 2019

Conforme tabela 4 indicada abaixo, foram realizadas em 2016 no total de 38 prestações de contas, sendo as principais instituições, como: Ministério da Educação - MEC; Ministério da Saúde - MS; Ministério do Planejamento e Desenvolvimento e Gestão - ME; Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - Sebrae/DF. Os resultados alcançados mostram que o CDT/UnB se desenvolve, está habilitado para a execução de projetos com variados tamanhos e complexidade.

Tabela 3 - Histórico de Prestações de Contas realizadas

Em 2016	
Prestações de Contas Finais	25
Prestações de Contas Parciais	13
Total	38

Fonte: Sistema dotProject, 2019.

De acordo com a tabela 5 abaixo, identificou-se que foram realizadas em 2017 no total de 38 prestações de contas, sendo as principais instituições, como: Ministério da Educação - MEC; Ministério da Saúde - MS; Ministério do Planejamento MPOG; Ministério das Cidades - MCID. No ano de 2017, houve uma redução da confecção de Prestação de contas, uma vez, que houve uma quantidade reduzida de projetos.

Tabela 4 - Histórico de Prestações de Contas realizadas

Em 2017	
Prestações de Contas Finais	20
Prestações de Contas Parciais	18
Total	38

Fonte: Sistema dotProject.

Referente a tabela 5 descrita a seguir, houve a realização em 2018 no total de 51 prestações de contas, sendo as principais instituições, como: Ministério da Educação - MEC; Ministério da Saúde - MS; Ministério do Planejamento MPOG; Ministério das Cidades - MCID. Entretanto, os resultados mostram que nesse houve acréscimo considerável de prestação de contas parciais em relação ao ano de 2017, em função de novos projetos de inovação que foram formalizados no ano de 2018.

Tabela 5 - Histórico de Prestações de Contas realizadas

Em 2018	
Prestações de Contas Finais	25
Prestações de Contas Parciais	26
Total	51

Fonte: Sistema dotProject.

Referente as possíveis dificuldades encontradas na elaboração de uma Prestação de Contas, no caso do NIT do CDT/UnB. No ano de 2013, houve a reestruturação deste NIT, onde todos os processos de projetos das gerências foram centralizadas no Núcleo de Prestação de Contas - NPC, tendo em vista as dificuldades encontradas para a realização da prestação de contas que eram feitas individualmente, sendo assim, não havia padronização dos documentos enviados aos Órgãos Concedentes, de acordo com o artigo 62 na Portaria n. 424/2016. Neste contexto, ocasionando falta de credibilidade deste Centro. Assim, o NPC, teve autonomia para executar o mapeamento de todos os projetos do NIT do CDT/UnB finalizados para elaboração da Prestação de Contas.

A partir da reestruturação do NPC, foi identificada pela equipe da área do NIT do CDT/UnB, algumas dificuldades na confecção da prestação de contas, como por exemplo:

1) falta de documentação dentro dos processos físicos: Nos casos de documentação para Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, o mais recorrente foi a falta de informação no próprio formulário para a aquisição do bem, a falta dos comprovantes dos três orçamentos mais vantajosos, os pagamentos dos Impostos Federais. Nos casos de documentação para Pesquisador e Serviços de Terceiro Pessoa Física, o comprovante de pagamento bem como as retenções de Imposto de Renda, documentação do pesquisador.

Tendo em vista que o NPC, faz primeiramente a análise dos processos, é de suma importância que seja verificado o processo como um todo. Em sequência é pedido as documentações pertinentes para dar continuidade na veracidade dos processos.

2) Sem acesso ao Sistemas específicos, tais como: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, sendo que a partir de 2016, o acesso foi restrito apenas aos Servidores Públicos Federais, uma vez que, alguns colaboradores do NIT, são pesquisadores sem vínculo com a Universidade.

3) Falta de curso de capacitação dos colaboradores na área de Prestação de Contas. , tendo em vista, outros mecanismos de consultas, sendo o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e a Consulta no Consiafi.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O estudo teve com objetivo geral de Analisar as dificuldades e influencias na elaboração de uma Prestação de Contas de Projetos no âmbito Universidade Federal, um estudo de caso do Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade de Brasília. Foi identificado que o NIT do CDT/UnB, por meio do Núcleo de Prestação de Contas, após a reestruturação do Centro e a unificação dos processos, por um único Núcleo, a Prestação de Contas são realizadas conforme previsto na Portaria n. 424/2016, visando a transparência dos processos dos projetos finalizados.

Quanto as possíveis dificuldades encontradas, o NPC esclarece que ainda há contratempo em elaborar um Prestação de Contas, considerando de suma importância, um curso de capacitação profissional na área de execução orçamentária e financeira da Administração Pública, realizada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, requisitos minimamente necessários para realização de uma Prestação de Contas, bem como, acesso a diversas documentações pertinentes aos projetos.

Por fim, o NIT do CDT/UnB preocupa-se com a transparência dos recursos recebidos dos órgãos concedentes, buscando de forma eficiente e eficaz, por meio da confecção da Prestação de Contas.

De acordo o objetivo geral e específico da pesquisa como proposta para o artigo, foram atendidas conforme acesso as informações na área do Núcleo de Prestação de Conta do CDT/UnB.

Sugere-se para futuras pesquisas, uma análise dos processos de Prestação de Contas de outros Núcleo de Inovação Tecnológica -NIT no âmbito da Universidade Federal, como aprimoramento das existentes visando uma maior transparência para toda a comunidade acadêmica. Tendo em vista que não foi encontrado com facilidade documentos tratando de assuntos de execução de projeto de inovação entre Universidade Federal e outras instituições.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Celso Bastos Editor, 2002.

BRASIL. Conselho da Justiça Federal. **Manual de Despesa Nacional**. Disponível em: <http://www.jf.jus.br/cjf/orcamento-e-financas/manuais/Manual_Despesa_Nacional.pdf/view>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público**. 2ª ed., maio, 2009. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/publicacoes/cartilhaolhovivo/Arquivos/CartilhaOlhoVivo_baixa_V2.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2019.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Portal do Tesouro Nacional**. Disponível em: <<http://www.stn.fazenda.gov.br/SIAFI>>. Acesso em: 04 de abril de 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Extrato de Acordo de Cooperação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 07 fev. 2014, Seção 3, p. 2. 2014. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/65837144/dou-secao-3-07-02-2014-pg-2>>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 6.170**, de 25 de julho de 2007, Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jul. 2007. Seção 1, pg. 1.

BRASIL. **Lei 4.320**, de 17 de Março de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

BRASIL. **Lei 9.784**, de 29 de Janeiro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19784.htm>. Acesso em: 06 de abril de 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.666**, DE 21 DE JUNHO DE 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Portal do Tesouro Nacional**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/execucao-orcamentaria>>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

BRASIL. **Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507** de 24 de novembro de 2011, Estabelece normas para execução do disposto no Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 127/MP/MF/CGU, de 29 de maio de 2008 e dá outras providências. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 nov. 2011. Seção 1, pgs. 85 e 93.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 424**, de 30 de dezembro de 2016. Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 de jan. 2017. Seção 1, pg. 25.

BLANCHET, Luiz Alberto. **Curso de direito administrativo**. 5 ed. Curitiba: Juruá, 2006.

CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (CDT/UnB). **dotProject CDT-UnB**: Implementação do Sistema de Gestão de Projetos. 07 jan. 2009. 48 slides.

COELHO, Simões de Castro Tavares. **Terceiro Setor**: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: SENAC, 2000. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13478/13478_4.PDF>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

EVANGELISTA, Lúcio. **Controle social versus transparência pública: uma questão de cidadania**. 2010. 33 f. Monografia (Especialização) -Curso de Orçamento Público, Tribunal de Contas da União, Brasília, 2010

FREIRE, Felipe Ribeiro. **Desafios para a transparência pública**: um estudo com os usuários do Portal da Transparência do Governo Federal. 2014. 283 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES FILHO, Adhemar Bento. **O desafio de implementar uma gestão pública transparente**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10. Chile: Santiago, 2005. Disponível em: <https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/2698/1/o_desafio_de_implementar.pdf>. Acesso em: 17 de abril de 2019.

HAGE, J. **O governo Lula e o combate à corrupção**. 1 ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2010.

HEIDEMANN, F.G. **Ética de responsabilidade**: sensibilidade e correspondência a promessas e expectativas contratadas. In: HEIDEMANN, F.G.; SALM, J.F. (orgs.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009. p. 303.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5. ed. São Paulo, 2010.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública** - Teoria e Prática. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTIN, Adriana Regina; LUZ, Kerlla de Souza; CARVALHO, Sônia Marise Salles. ***Innovative didactic experience for the teaching of entrepreneurship in the graduation courses of the university of Brasília***. 2018. Disponível em: <<http://www.brjd.com.br/index.php/BASR/article/view/965>>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. 936 p

MIGUEL, Luís Felipe. **Impasses da Accountability**: Dilemas e Alternativas da Representação Política. Revista de Sociologia Política, Curitiba, n. 25, p.25-38, nov. 2005.

NEWBOLD, S. Federalist No. 27: *Is Transparency essential for public confidence in government?* *Public Administration Review*. Special issue. p. 547-552, dez, 2011.

PIRES, João Batista Fortes de Souza. **Contabilidade Pública** - para cursos de Contabilidade, Administração, Economia e Concursos Públicos. 7. ed. Brasília: Franco & Fortes, 2002.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade Pública** - Uma Abordagem da Administração Financeira Pública. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Kenya Ferreira da. **Ética na administração pública**: o gestor público federal como papel principal/ Kenya Ferreira da Silva. Brasília: Faculdade JK Serrana, 2012.

SOUSA, Rogério Bezerra de. **O PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PROJETOS DE INOVAÇÃO EM UNIVERSIDADE FEDERAL**: o caso do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - CDT/UnB, Universidade Federal de Goiás, pág. 7, 2018.

TEIXEIRA, A. **Guia da Cidadania para a Transparência**: prevenção contra a corrupção. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

TOLENTINO, Marlúcia A. et al. **Lei de responsabilidade fiscal**: dificuldades e benefícios da implementação e operacionalização na microrregião de Bocaiúva. Unimontes Científica, Montes Claros, v. 3, n. 3, p. 38-55, jun. 2002.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Sobre a Prestação e Tomada de Contas ao TCU**. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/>>. Acesso em: 02 de março de 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Relatório de Atividades do TCU 2º Trimestre de 1999**. Disponível em: <<http://www.tcu.gov.br/isc/relatorios/Atividades/1999-t2/GLOSS%C3%81RIO.htm>>. Acesso em: 02 de abril de 2019.